

# Igualdade de sexo e desigualdade de gênero: relações entre homens e mulheres no hipismo.

## Sex equality and gender inequality: men and women in the equestrian sports discourse

by *Luiz Fernando Rojo*

Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brazil.

Luiz Fernando Rojo: Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, coordenador do “Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Esporte e Sociedade” e da revista “Esporte e Sociedade” [www.esportesociedade.com](http://www.esportesociedade.com), trabalha como pesquisador- associado no departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), através de bolsa da FAPERJ, na área de Antropologia dos Esportes.

### S U M M A R Y / R E S U M O

From the observations realized in a research on the subject of the gender relations into the horse sport, only olympic sport on which men and women compete in one same category, I criticize the transposition of the sexual dichotomy “man – woman” for a gender dichotomy “male – female”, present in diverse feminist texts. The analysis realized in this field explicit the variety of possibilities of construction of gender identities, also for beyond the different sexual options, and impose the redefinition of hegemonies and subalternities, not more as fixed gender attributes, but as being contextually constituted. In this perspective, the analysis of the emotions involved in this sport: the courage, the fear and the ones that involve the relationship with the horse, draws new gender identities and different power relations among these.

A partir das observações realizadas em uma pesquisa sobre as relações de gênero no hipismo, único esporte olímpico no qual homens e mulheres competem em uma mesma categoria, crítico a transposição da dicotomia sexual “homem-mulher” para uma dicotomia de gênero “masculino-feminino”, presente em diversos textos feministas. As análises realizadas neste campo explicitam a multiplicidade de possibilidades de construção de identidades de gênero, inclusive para além das diferentes opções sexuais, e impõem a redefinição de hegemonias e subalternidades, não mais como atributos fixos de gênero, mas como sendo contextualmente constituídos. Nesta perspectiva, a análise das emoções envolvidas neste esporte: a coragem, o medo e as que envolvem o relacionamento com o cavalo, desenham novas identidades de gênero e diferentes relações de poder entre estas.

### A R T I C L E I N F O

#### *Keywords / Palavras-chave*

gender identities, subaltern, horse sport, sports, emotions/ identidades de gênero, subalternidade, hipismo, esporte, emoções

#### *How to refer to this article*

Rojo L.F., Sex equality and gender inequality: men and women in the equestrian sports discourse, 2007, Omertaa, Journal for Applied Anthropology, <http://www.omertaa.org/archive/omertaa0011.pdf>

### ***Apresentação***

*“Para além de todas as diferenças entre as feministas e os feminismos, as correntes femininas colocaram o problema do acesso das mulheres à posição de sujeito: sujeito político e sujeito crítico a um saber científico. Inscrição de um pensamento utópico que se quer sujeito político e sujeito enunciator da palavra”.*

(Lia Zanotta Machado, 1994)

*“Os subalternos não podem falar.”*

(Gayatri Chakravorty Spivak, 1988)

É inegável a contribuição que o movimento feminista trouxe, não apenas para a transformação da posição relativa da mulher na sociedade, mas também na crítica da produção do saber como fortemente orientado por uma perspectiva “masculina”, contribuindo para alçar a mulher “à posição de sujeito: sujeito político e sujeito crítico a um saber científico” (Machado, 1994:6).

Não é, portanto, na posição de adversário destas conquistas que escrevo este artigo, mas antes na busca de identificar algumas limitações deste movimento, e possíveis novas frentes de ruptura com o que chamo de “masculinidade hegemônica” (Rojo, 2002). Especificamente, neste trabalho, procuro identificar quais são os subalternos que não podem falar quando “o feminismo” se pronuncia, estabelecendo assim uma leitura particular do texto de Spivak, na qual ela discute, a partir da posição de uma intelectual indiana, as diferentes subalternidades que não podem falar (Spivak, 1988).

Para atingir este objetivo pretendo desenvolver estas análises a partir de uma dupla perspectiva. Em primeiro lugar, procurando enfatizar a dimensão identitária das identidades de gênero, o que significa, no meu entender, romper com o que tenho chamado de mera tradução, em um vocabulário “sociológico”, da dualidade de sexo para a dualidade de gênero (Rojo, 2006). Em segundo lugar, fazendo esta reflexão teórica dialogar com o material de campo de minha pesquisa atual, sobre as relações de gênero no único esporte olímpico no qual homens e mulheres competem em uma mesma categoria – o hipismo.

Sem dúvida, este tipo de trabalho implica na aceitação de um risco. No esporte, como em muitas esferas da vida social, o que vemos são homens e mulheres competindo, treinando ou atuando nas diversas áreas do campo esportivo. Quando olhamos para um quadro comparativo da presença de homens e mulheres em determinadas modalidades, ou para uma perspectiva de transformação, na história de um esporte, da presença de homens e mulheres na direção de federações e confederações que dirigem e organizam cada modalidade, nos limitamos a distinguir os sexos das pessoas envolvidas. A passagem desta dicotomia homem/mulher para a multiplicidade de relações que envolvem as diferentes identidades de gênero implica, portanto, não apenas um aprofundamento para além do que é imediatamente visível (a diferença sexual), como também a inserção da subjetividade do pesquisador que, em sua interpretação das construções feitas pelas próprias pessoas que atuam no campo de pesquisa delimitado, constrói as fronteiras que delimitariam estas identidades.

Risco que aumenta se, como entendo, estas fronteiras estão em permanente movimento, se refazendo a partir dos diferentes contextos nos quais aqueles que pesquisamos interagem.

### ***Identidades de Gênero: qual identidade?***

De forma muito semelhante ao que ocorre com o conceito de cultura, o conceito de identidade não se apresenta com um mínimo de consenso sobre seu significado e sua operacionalidade. Por um lado, a identidade pode ser pensada como uma “essência”, conjunto de elementos herdados seja em uma transmissão fortemente marcada pelo pertencimento étnico, seja através do grupo cultural de origem, mas em ambos impondo-se de forma absoluta ao indivíduo, ou ao contrário, como uma mera composição de atributos socialmente disponíveis e organizados individualmente – e que o processo de globalização viria ampliar significativamente sua fluidez, ao propiciar um alargamento sem precedentes da possibilidade de escolha destes atributos, não mais circunscritos localmente (Hall, 1996). Por outro lado, a proliferação dos discursos identitários pode ser valorizada como decorrência da entrada em cena de atores sociais diferenciados, que reivindicam suas especificidades nos diferentes contextos da arena social, ou vista como um “modismo”, que em seu apelo simultâneo a diversos registros semânticos – político, religioso, cultural, linguístico, étnico ou sexual – deve ser visto, no mínimo, de forma “suspeita” (Labica, 1998).

Portanto, quando falamos de “identidade de gênero”, a primeira questão que se impõe, embora raramente explicitada em diversos trabalhos sobre o tema, é: o que entendemos por “identidade”? Entendo que muitas das diferenças que se apresentam como relacionadas ao gênero podem ter sua origem justamente nesta não problematização do que cada autor entende como “identidade”.

Neste sentido, quando estou falando sobre “identidades de gênero”, estou partindo de uma concepção de identidade que “se constrói e reconstrói constantemente no interior das trocas sociais” (Cuche, 1999:183). Cuche denomina esta formulação de “relacional” e a remete à obra de Frederik Barth (1969). Nesta perspectiva, a identidade não é entendida como um conjunto de características que seriam fixas, muito menos associadas à “essência” de um indivíduo ou grupo social. Pelo contrário, ela é visualizada como fazendo sentido unicamente através da percepção do contexto na qual está inserida, isto porque “não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. A identidade existe sempre em relação a uma outra” (Cuche, 1999:183).

Esta associação da identidade com a alteridade, no entanto, deve ser compreendida aqui como intimamente relacionada com uma perspectiva dinâmica da constituição das identidades.

Isto porque não seria incoerente, para alguém que defende a posição de que estas sejam atributos fixos, que cada uma seja compreendida como em oposição a outra, igualmente fixa. Assim, utilizando o tema específico deste artigo, aqueles que identificam o “masculino” e o “feminino”, como atributos inerentes a homens e mulheres, não teriam maiores problemas em referendar esta associação.

É por esta razão que Gallissot (1987) prefere trabalhar com o conceito de “identificação”, que permitiria enfatizar a capacidade de transformação dos contextos sociais, com a conseqüente alteração das identidades que se constituem a partir destes. As identidades, deste modo, não seriam percebidas como atributos dos indivíduos ou dos grupos sociais, mas dos contextos nos quais estes se inserem e, portanto, fortemente marcadas pelas relações de poder existentes em cada contexto. Diversos autores (Simon, 1979; Bourdieu, 1980; 1982; Pizzorno, 2000) discutem como as diferentes identidades são conformadas em uma negociação entre uma “auto-identidade definida por si mesmo e uma exo-identidade definida pelos outros” (Simon, 1979:24), sendo o resultado desta negociação dependente da posição relativa de poder entre os diferentes grupos, que definiria a capacidade de cada um fazer valer sua própria afirmação identitária e de impor a forma como outros grupos seriam reconhecidos.

Entendo ser necessário, a partir de uma concordância geral com estas afirmações, enfatizar que, se entendemos o poder não como cristalizado em um determinado grupo social, mas estando presente em cada relação, em cada contexto de interação entre grupos ou indivíduos, então teremos que lidar com uma complexa trama de “micro-disputas” de afirmações e imposições de identidades, em espaços onde os desequilíbrios de poder não são pronunciados o suficiente para instituir, com um mínimo de permanência, reconhecimentos legítimos de si e do outro, desde uma posição dominante. Isto não significa negar a existência de outros espaços sociais, nos quais a relação dominante – subalterno esteja mais consolidada, mas fornece um instrumental de análise que permite, mesmo no interior desta relação, descobrir suas heterogeneidades e as relações de poder internas a cada grupo que permitem/impõem que os “dominantes” e os “subalternos” apresentem-se com uma identidade única.

A existência destas diferenças internas está presente na constatação de Machado, citada na epígrafe deste trabalho, de que há “diferenças entre as feministas e os feminismos”, e de forma ainda mais enfática em seu diálogo com “A dominação masculina” (Bourdieu, 1990), quando aponta que este autor “critica uma das teorias feministas invocando alusivamente todas as teorias feministas” (Machado, 1994:5). No entanto, as conseqüências da constituição de campos de poder internos ao movimento, fruto destas diferenciações, é raramente explorada. Uma destas conseqüências é o risco, sempre presente em grupos que compartilham o sentimento de uma injustiça ou opressão, coletivamente sentidas, de “sair de uma identidade negada ou desacreditada para cair em uma identidade que seria exclusiva, análoga à identidade dominante, e na qual todo indivíduo considerado como membro do grupo minoritário deveria se reconhecer, sob pena de ser tratado como traidor” (Cuche, 1999:191).

Assim, seja no campo das disputas sociais ou nos textos acadêmicos, quando determinado discurso feminista reduz o intrincado jogo de poder das relações entre os diferentes gêneros a uma polarização “os homens”/“as mulheres”, ele reproduz uma forma específica de relacionamento com a alteridade, já denunciada por Said (1990). Afinal, embora as diferenças entre os termos seja significativa, tanto “os orientais” quanto “os homens” implicam na imposição de uma mono-identificação a partir de um olhar para o qual as diferenciações internas deste “outro”, do qual se fala, não são vistas como significativas. Ao mesmo tempo, voltando o foco para as diferenças internas, quando se pretende dar acesso “às mulheres” à posição de sujeito: sujeito político e sujeito crítico a um saber científico (como citado na epígrafe), são todas as mulheres que falam? Ou será, retomando Spivak, que novas subalternidades femininas se instituem e são, uma vez mais, silenciadas?

É neste espaço que este artigo busca se inserir. Não com o objetivo de “dar voz” aos subalternos masculinos e femininos, mas de questionar sua própria existência. Investir sobre os discursos hegemônicos de homens e mulheres que, mesmo quando utilizam o discurso do “gênero”, reproduzem as dicotomias do “sexo”, transformando homens em “masculinos” e mulheres em “femininas” ou, quando muito, permitindo a ruptura através das opções sexuais.

### ***Muitas identidades, muitos gêneros***

Retomando a obra de Barth (1995), pretendo aprofundar neste artigo as conseqüências de pensarmos que uma das características centrais da identidade é o estabelecimento

de fronteiras – ainda que construídas e reconstruídas a cada transformação do contexto social – que delimitam um “nós” com quem nos identificamos e um “eles” de quem demarcamos uma diferença. Fazer esta reflexão sobre o estudo das identidades de gênero implica, inicialmente, questionar se “homens” e “mulheres” são termos suficientes, em todas as relações sociais significativas, para indicar estas fronteiras.

A identidade de gênero, portanto, como qualquer outra identidade, implica ao mesmo tempo uma inclusão – homens ou mulheres os quais reconheço como compartilhando aquilo que entendo por ser homem ou ser mulher – e uma exclusão – de formas de exercer a masculinidade ou a feminilidade que identifico como radicalmente diferentes da minha. Neste sentido, falar de identidade de gênero é muito mais do que reconhecer que aquilo que constrói homens e mulheres em sociedade está profundamente atravessado pela cultura e não apenas pelas diferenças biologicamente dadas, é falar de diferenciadas apreensões destes valores, através dos quais cada um se reconhece como homem ou mulher. Formas que variam historicamente, culturalmente e contextualmente e que estão profundamente imbricadas com uma dinâmica de poder e de silenciamento de identidades “subalternas”, daquelas outras formas de ser homem ou de ser mulher que rompem com os valores hegemônicos dentro de cada contexto social.

Pensar a partir deste ponto de vista é tomar por base não apenas todo o acúmulo de reflexões produzido pelos “feminismos”, mas também os recentes desenvolvimentos dos “estudos da masculinidade”. Estudos que questionam o fato de que “o androcentrismo de que a Antropologia foi acusada pelo feminismo, não só impediu que se ouvisse a voz das mulheres; impediu também que se ouvisse a diversidade das vozes masculinas, a sua visão por vezes dissidente da homologia masculino/público/político – em suma, da masculinidade hegemônica” (Vale de Almeida, 1995:129). Em sua pesquisa sobre as diferentes formas de construção do masculino, a partir de uma pequena aldeia no interior de Portugal, este autor, além de discutir como os gêneros já foram, através da história, associados com valores opostos, como por exemplo no “lugar comum atual de que ‘os homens querem sexo e as mulheres relações’, [ser] a inversão das noções pré-iluministas que, desde a Antiguidade, ligavam a amizade ao homem e a carnalidade à mulher” (ibid: 86), ele também irá além de uma compreensão meramente historicista destas diferenças.

Assim, “ser homem em Pardais não é o mesmo que sê-lo entre os letrados lisboetas em cujo meio circulo. Ser homem não é o mesmo para quem segue a norma social

da heterossexualidade ou para quem assume a bi- ou a homossexualidade. O mesmo se poderia dizer se comparassem, em vez de opções de orientação sexual, classes sociais, níveis de instrução, afiliações étnicas ou religiosas ou quaisquer outros níveis de identidade social que se cruzem com o gênero” (ibid:129).

Além de acrescentar que tudo o que Vale de Almeida afirma para os homens pode ser estendido para as mulheres, entendo que fazer refletir a noção de identificação, já apresentada no item anterior deste artigo, sobre estes diversos níveis que interagem com o gênero, pode reforçar a compreensão de que cada uma destas identidades não são atributos de indivíduos ou grupos sociais específicos. Levantar às últimas consequências a concepção de que as identidades se constroem nos contextos sociais é pensar que não existe uma identidade de gênero essencial, mas que a mesma pessoa pode assumir diferentes identidades, quando no ambiente profissional, religioso, familiar, ou esportivo (para retomar o locus no qual esta pesquisa se realiza).

Ao remeter este debate ao estudo do gênero no esporte temos que estar atentos para um pequeno trecho de “Sobre a televisão”, no qual Bourdieu (1997) chama a atenção para o fato de que as competições esportivas, principalmente nos Jogos Olímpicos (e, poderíamos acrescentar, também nas Copas do Mundo), deixaram de ser um fenômeno unicamente esportivo para ser um espetáculo midiático, no qual os atletas apresentam características normalmente encontradas nos grandes artistas. Entre estas características, encontra-se a crescente preocupação com suas imagens públicas, inclusive com a presença de assessores de imprensa que, entre outras funções, ajudam-nos a construir estas imagens.

A importância deste aspecto é significativa, para uma pesquisa com os objetivos que apresentei, por indicar que no estudo das identidades de gênero que são vividas por estes atores, não podemos nos ater aos discursos produzidos na presença da mídia, ainda que estes possam servir como elemento de comparação e de identificação justamente desta multiplicidade de identidades sociais. Além disso, embora os chamados atletas “de alto rendimento” representem a face mais conhecida de cada esporte, é preciso estar atento para o fato de que estes representam apenas uma pequena parcela dos praticantes de cada modalidade, fazendo com que seu discurso público deva ser analisado como estando em diálogo com as expectativas de seus “pares”, ou seja, no caso do hipismo, dos alunos e seus pais, dirigentes, donos de cavalos e companheiros de esporte, entre outros.

É a partir desta perspectiva que venho pesquisando os discursos sobre relações de gênero que são construídos tanto pelos praticantes deste esporte, como por treinadores e dirigentes, em diferentes contextos: competição, treinamento e espaços de sociabilidade nas sociedades hípicas. A questão que me proponho, portanto, é a de observar como esta dimensão de igualdade entre os sexos, no hipismo, é pensada pelas pessoas que vivenciam seu cotidiano, e de que modo esta característica igualitária é reproduzida ou não em comportamentos concretos no interior deste esporte. Com este objetivo tenho procurado identificar se, nestes diferentes contextos, o gênero permanece como uma variável ausente ou se é reintroduzido como elemento gerador de privilégios ou expectativas diferenciadas entre homens e mulheres.

### ***Identidade de gênero e hipismo: entre homens, mulheres e cavalos***

*“Dois companheiros seguraram-lhe as pernas e ergueram-no para a sela, trocando sorrisos maliciosos, pois para aqueles gaúchos nenhum homem era digno desse nome se não fosse bom cavaleiro”*

(Érico Veríssimo, O Tempo e o Vento)

Diferente da lida diária com o cavalo, instrumento de guerra e de trabalho, que encontramos neste romance de Érico Veríssimo sobre a formação do Rio Grande do Sul, na qual o montar a cavalo era atributo exclusivo dos homens, enquanto as mulheres utilizam o cavalo através de charretes ou carroças, o hipismo carrega uma longa tradição de ser um espaço aberto, pelo menos formalmente, a homens e mulheres.

Podemos creditar esta característica, para além da importância atribuída ao cavalo – que no dizer de muitos de seus praticantes é o verdadeiro atleta – ao fato deste esporte ter uma dupla origem. Assim, se o hipismo surgiu fortemente associado às práticas militares da cavalaria, inclusive levando a que nos primeiros Jogos Olímpicos esta modalidade fosse disputada apenas por oficiais do Exército, ele também encontra sua origem nas atividades da aristocracia européia, nas caçadas e demais práticas de lazer das famílias nobres. Mesmo no Brasil, onde o componente militar é quase absoluto na constituição do hipismo brasileiro (Ferreira, 1999), encontramos figuras como a de Luiz Jácome, professor de equitação da princesa Leopoldina e, no início do século XX, os filhos do conde de Prates (Guilherme, Eduardo e a amazona Maria Cândida).

Podemos verificar, entretanto, que seja nos romances ou na história do hipismo no Brasil, o cavalo diferenciava não apenas os homens das mulheres, mas separava “os homens que eram

dignos desse nome” de outros que mereceriam sorrisos maliciosos e, como me foi relatado por um dirigente, até a década de quarenta ou cinquenta, ao mesmo tempo em que distinguia as mulheres em “excêntricas, que eram as filhas da classe alta e que gostavam de montar, que eram muito raras aqui, mas sempre tinha uma ou duas, mas se chegasse uma mulher qualquer querendo montar, era vista como puta” (grifo meu).

Assim, quer no Brasil, onde as mulheres só começaram efetivamente a ocupar um espaço mais relevante a partir da década de sessenta, com a primeira participação de uma amazona na equipe olímpica, e em maior quantidade a partir da década de oitenta, quer no exterior, onde somente na década de cinquenta uma amazona participa pela primeira vez dos Jogos Olímpicos (a inglesa Pat Smythe), a igualdade formal entre homens e mulheres no hipismo não se encontra associada a uma efetiva igualdade de condições de participação neste esporte.

Isto permanece verdade, pelo menos no caso brasileiro, mesmo que em uma intensidade bastante reduzida, se compararmos com a situação de três a quatro décadas atrás. Assim, apesar de encontrarmos, tanto entre os cavaleiros quanto entre as amazonas, uma quase unanimidade de que neste esporte não há distinções significativas em relação ao desempenho de homens e mulheres, uma observação mais atenta permite identificar, pelo menos na realidade específica do hipismo praticado no Rio de Janeiro, onde venho desenvolvendo meu trabalho de campo, pelo menos dois grandes divisores, que demarcam um relativo descompasso entre os discursos de igualdade entre os sexos e a prática concreta deste esporte.

O primeiro destes divisores é o que encontramos na “genetrificação” do adestramento. Para além de outras modalidades de esportes equestres, o hipismo em competições como os Jogos Pan-americanos e os Jogos Olímpicos é disputado em três modalidades distintas: os saltos; o adestramento e o concurso completo de equitação (que equivaleria a um “triatlo” equestre, onde além de provas de salto e adestramento, há uma prova de obstáculos em campo aberto). Entre estas modalidades, o adestramento (que é considerado por muitos dos praticantes como a “base” de uma boa equitação) apresenta características peculiares tanto em relação à vestimenta (com a exigência de cartola e um traje específico, que foi definido por uma amazona que entrevistei como “todo embonecadinho”), quanto na exigência de um controle absoluto sobre os movimentos do cavalo, que é pontuado através de critérios objetivos e subjetivos em relação à realização de “figuras” geométricas e à alternância dos ritmos de montaria (passo, trote e galope),

tornando-o um esporte, no dizer de um praticante de salto e adestramento, “muito minucioso, não tem a emoção e a adrenalina do salto. No adestramento conta a elegância, a relação com o cavalo, que exige gostar muito não só do esporte mas do próprio animal”.

A estas especificidades do adestramento está associada uma série de particularidades, que são realçadas quando comparadas ao que encontramos na observação da modalidade salto. Assim, as provas de adestramento atraem um número bastante reduzido tanto de participantes quanto de espectadores (o hipismo está longe de poder ser considerado um esporte que atrai multidões, mas em termos comparativos enquanto uma prova rotineira de saltos pode ser assistida por um público em torno a setenta pessoas – competições maiores podendo atingir a casa de duzentos espectadores – as provas de adestramento que presenciei até o momento raramente atingem a casa de vinte assistentes). Além disso, é uma modalidade praticada e dirigida majoritariamente por mulheres. Deste modo, se as provas de salto, dependendo da altura dos obstáculos existentes, podem contar com uma presença de mulheres que varia de vinte por cento (nas competições com obstáculos maiores) até setenta por cento (naquelas com obstáculos menores), nas provas de adestramento esta participação, de acordo com a categoria, situa-se entre oitenta (na categoria escola) e cem por cento. Esta proporção também se reflete na formação das direções de muitas federações estaduais de hipismo onde, mesmo naquelas constituídas quase exclusivamente por homens, o cargo de diretor de adestramento é muitas vezes ocupado por uma mulher.

O segundo destes divisores é encontrado, internamente à modalidade de saltos, justamente na progressiva diminuição da presença de mulheres, na medida em que a altura dos obstáculos e o nível da prova vão sendo elevados, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Se levarmos em consideração que as provas de salto mais importantes, aquelas que envolvem premiação em dinheiro, acesso à cobertura da mídia, inserção nas equipes nacionais para competições internacionais, além de aumento do status frente ao grupo que vivencia o cotidiano do hipismo, são exatamente estas de alturas mais elevadas, a existência desta progressiva redução da presença de mulheres parece reforçar a possibilidade, anteriormente apresentada, de um relativo descompasso entre os discursos de igualdade entre os sexos e a prática concreta deste esporte.

A partir, portanto, destes dois espaços de desigualdade: o adestramento e as provas com obstáculos mais elevados, é que tenho orientado o trabalho de campo que venho desen-

volvendo junto a este grupo. Neste sentido, as observações realizadas até o momento tem apontado para a existência de um discurso, reproduzido pela quase totalidade de cavaleiros e amazonas, independentemente da faixa etária, que distingue qualidades intrínsecas a cada sexo. Assim, “os homens são naturalmente mais corajosos” e “as mulheres são naturalmente mais sensíveis” são frases recorrentemente pronunciadas e que tanto podem responder à questão da preponderância de mulheres no adestramento (onde o “sentir” o cavalo traria uma vantagem) e de homens nas provas com obstáculos mais elevados (onde o maior risco de quedas, e da gravidade de ferimentos decorrentes destas, implicaria na necessidade de mais “coragem”), quanto, por outro lado, justificar o fato deste ser o único esporte no qual homens e mulheres podem competir em uma mesma categoria (e, neste contexto, “coragem” e “sensibilidade” se equilibrariam, anulando a vantagem de qualquer um dos sexos frente ao outro).

Os desdobramentos da naturalização destas características atribuídas a homens e mulheres é um tema que, certamente, estará presente no desenvolvimento da pesquisa que venho realizando. No entanto, nos limites e com o objetivo específico deste artigo, gostaria de me deter em um aspecto específico que tem aparecido em muitas conversas e entrevistas realizadas durante meu trabalho de campo, quando abordo especificamente este tema. Irei, portanto, apresentar as transcrições deste material etnográfico, para em seguida analisá-las a partir de minha proposta inicial de pensar sobre as múltiplas identidades de gênero, para além das masculinidades e feminilidades hegemônicas.

- Você falou que as mulheres são mais emotivas que os homens. Como isto reflete na interação com o cavalo?

- “A mulher, justamente por ser mais emotiva, usa seu ‘sexto sentido’ para saber como está o cavalo. A mulher sempre se preocupa mais com o sentimento, o próprio, o dos outros e o do animal, enquanto o homem quer saber se ele comeu bem, se está bem tratado, se não tem problemas de saúde, mas ‘dialoga’ menos com o cavalo, embora também tenha homens mais ‘sensíveis’”. (amazona, categoria amadora, faixa de 20 a 30 anos de idade).

- Como você vê a relação que homens e mulheres têm com o medo, no hipismo?

- “O homem é mais “atirado”, enfrenta mais o medo e a mulher tem mais receio, embora também tenha mulheres que sejam “atiradas”, que caem, levantam e seguem competindo, mas isso é mais raro”. (amazona, categoria aberta, salta acima de 1,45m, faixa de 30 a 40 anos de idade).

- Como você vê a relação que homens e mulheres têm com o medo, no hipismo?

- “Eu acho que talvez isso seja uma desvantagem pras mulheres. Eu acho que elas são um pouquinho mais cuidadosas. Têm algumas exceções, que têm muita raça, muita vontade de ganhar, mas em geral as mulheres são mais cuidadosas, então talvez isso traga alguma desvantagem para as mulheres, nas provas lá de cima”. (cavaleiro, categoria amador, faixa de 40 a 50 anos de idade)

- Por que vocês acham que há muito mais mulheres do que homens, nas provas de adestramento?

- “A maioria dos homens acha que adestramento é coisa de ... ‘de fresco’, medroso. O salto tem preconceito com o adestramento, embora o adestramento seja essencial para o salto porque o cavalo para pular uma prova alta precisa ter uma base de adestramento, os homens acham que o adestramento é frescura, porque o adestramento pega muito a plasticidade e o salto tem mais aquela coisa do transpor o obstáculo, então a maioria dos homens tem isso com o adestramento”. (entrevista realizada simultaneamente com duas amazonas, ambas na faixa dos 15 aos 20 anos de idade, que saltam provas de 1,10m).

- Por que você acha que há muito mais mulheres do que homens, nas provas de adestramento?

- Aqui tem muita gente que não gosta propriamente do animal, de cuidar do cavalo, de desenvolver uma relação de amor (e amor e conhecimento só podem andar juntos) com o animal, gostam só do ato do salto, de exibir-se arrojadamente em cima do animal, justamente de uma demonstração plástica da masculinidade que é saltar obstáculos como se fossem cruzados em guerra contra os mouros infiéis. O adestramento tem muito mais do conhecer e isto é muito mais feminino, não digo que é da mulher, porque é aqui que eu exerço o meu lado feminino, da sensibilidade, na relação com o cavalo e muitos homens e várias mulheres, que quando entram na pista de salto são verdadeiras bárbaras, não ficando nada a dever à Átila, o huno, ainda têm dificuldade com isto” (cavaleiro, participa de provas de salto e adestramento, faixa de 50 anos de idade).

Embora em certos contextos, cavaleiros e amazonas percebiam-se como “iguais”, na prática de um mesmo esporte e na disputa pelas mesmas colocações, principalmente quando situados em um plano comparativo com outros esportes –

quando converso com eles pela primeira vez sobre o tema de minha pesquisa, é comum ouvir frases como “o hipismo é o único esporte onde não há machismo” ou “o hipismo é o único esporte onde homens e mulheres são iguais” – o conjunto de trechos de entrevistas, apresentado acima, parece indicar que, modificado o contexto, ou seja, deixando de opor o hipismo aos outros esportes para opor duas modalidades internas ao hipismo ou dois conjuntos diferentes de provas de salto (com obstáculos maiores ou menores), estas diferenças se reposicionam.

No entanto, e este é o aspecto que venho procurando desenvolver neste artigo, estas diferenças não parecem distinguir exclusivamente homens de mulheres. Em cada um destes fragmentos, interpreto a recorrência das frases: “embora tenha homens mais sensíveis”, “embora também tenha mulheres que sejam atiradas”, “têm algumas exceções, que tem muita raça”, “a maioria dos homens” e “muitos homens e várias mulheres” (a lista poderia ser maior, mas não se trata de fazer um inventário de termos que indicam aproximadamente a mesma coisa), como indícios de que estes homens e mulheres se afastam do senso comum que afirma: “mulher é tudo igual” ou “homem é tudo a mesma coisa”.

O que aparece aqui, pelo contrário, é a constante afirmação, mesmo que sem estarem associadas à denominações específicas, de múltiplas formas de ser homem ou de ser mulher, ou seja, de múltiplas identidades de gênero, que ultrapassam tanto a tradução literal da dicotomia biológica para uma dicotomia “sociológica” igualmente determinista, ao identificar “masculino” com homem e “feminino” com mulher, quanto a dicotomia representada pela opção sexual, que distinguiria identidades de gênero alternativas exclusivamente através da heterossexualidade ou homossexualidade.

Assim, no contexto das competições ou do cotidiano dos praticantes de hipismo no Rio de Janeiro, encontramos não apenas os homens corajosos e as mulheres sensíveis, que reproduziriam em boa medida os estereótipos hegemonicamente associados ao “masculino” e ao “feminino” (e que uma entrevista específica reafirma, ao definir sua própria sensibilidade como expressão de seu “lado feminino”).

Encontramos ali, também, “homens mais sensíveis” e “mulheres atiradas e que têm muita raça”, que mais do que afirmar sua própria diferença fogem de uma totalização do outro, reconhecendo que, para além de uma igualdade fundamental de direitos de homens e mulheres (afinal, todos podem participar em igualdade de condições das diferentes modalidades do hipismo), existem diferentes formas de expressão da masculinidade e da feminilidade.

## Conclusão

O interesse inicial sobre esta temática, que me levou a desdobrar um projeto inicial de pesquisar as emoções no esporte em um trabalho sobre as relações de gênero no hipismo, foi despertado pela constatação de que este é o único esporte olímpico no qual homens e mulheres competem em uma mesma categoria, portanto onde o sexo não é entendido como sendo um diferenciador suficientemente significativo para determinar os resultados. Deste modo, tenho procurado, através de uma pesquisa etnográfica que me permita acompanhar o cotidiano deste esporte, identificar e interpretar os discursos produzidos por atletas, dirigentes e demais pessoas ligadas ao hipismo, com o objetivo de identificar em que medida esta característica formal desta modalidade se traduz em discursos que possam ser entendidos como críticos às desigualdades socialmente estabelecidas entre os sexos.

Neste sentido, os principais aspectos desenvolvidos neste artigo, apontam para dois aspectos, que a continuidade desta pesquisa pretende aprofundar. O primeiro deles é a necessária distinção entre a igualdade entre os sexos, formalmente prevista nos regulamentos desta modalidade esportiva, e a desigualdade de gênero que pôde ser observada tanto nas provas de adestramento quanto nas de salto. Conforme foi argumentado, esta distinção reforça a perspectiva de romper com a limitação da diversidade de gênero dada pela opção sexual, possibilitando identificar “masculinidades” e “feminilidades” diferenciadas através de posturas que aceitam ou recusam a “coragem masculina” e a “sensibilidade feminina” como naturais e reforçam ou se contrapõem às identidades de gênero hegemônicas. Mais do que isto, a localização destas resistências aos padrões de gênero tradicionais tanto em homens como em mulheres, parece indicar a possibilidade de ruptura com uma perspectiva mais tradicional do feminismo, que ainda localiza a questão das políticas de gênero em termos de “homens contra mulheres”.

Este artigo, portanto, ao trazer visibilidade para outros subalternos das relações de gênero (os homens “sensíveis”, as mulheres “corajosas”, no caso do hipismo), pretende contribuir no deslocamento de uma percepção ainda fortemente vinculada ao substrato biológico (a opressão “das mulheres”, “o homem” opressor), para uma análise que incorpore a dimensão da identidade, não apenas no aspecto terminológico, mas em suas consequências mais profundas, impondo assim a identificação de quais identidades de gênero, em cada contexto específico, podem ser entendidas como dominantes ou como subalternas.

O segundo aspecto para o qual este artigo aponta é a importância da relação entre os estudos de gênero e os estudos das emoções. Ultrapassar uma perspectiva essencialista das emoções, e principalmente aquela que associa emoções ou intensidades emocionais diferenciadas a homens ou mulheres, parece ser fundamental na tentativa de desconstrução de uma visão que referencia as desigualdades de gênero às diferenças biológicas. Assim, a análise de um esporte, no qual o controle das emoções (o próprio e o do animal com que se compete) é entendido como essencial para um bom desempenho, permite desvendar o quanto estas emoções são construídas através de discursos que buscam legitimar e naturalizar identidades de gênero fixas.



## Notas

1. Geertz (1989) indica como o conceito de cultura foi adquirindo, através de sua utilização por diferentes perspectivas teóricas, um conjunto extenso, e nem sempre coerente, de significados, causando o que ele denominou de “pantanal conceptual”.
2. De acordo com minhas observações em campo, diversos competidores (e muitos ex-competidores) cobrem parte dos gastos com a manutenção de um esporte (reconhecidamente como de alto custo), através de aulas para aqueles que estão se iniciando na modalidade, ou para os que estão buscando um aprimoramento para atingir níveis mais elevados no hipismo.
3. Há que se acrescentar que mesmo esta igualdade formal só foi concluída já avançado o século XX, uma vez que nas primeiras décadas deste século as mulheres ainda saltavam “à amazona”, ou seja com ambas as pernas de um mesmo lado do cavalo, o que implicava em uma desvantagem significativa em relação aos homens, principalmente frente aos obstáculos mais elevados.
4. O trabalho de campo para esta pesquisa vem sendo realizado, até o presente momento, exclusivamente nas dependências de um dos principais clubes de hipismo da cidade do Rio de Janeiro, embora esteja prevista uma parte comparativa, a ser realizada no Uruguai. Portanto, sempre que me referir a provas, competições ou observações realizadas, salvo exceções que serão identificadas, estarei me referindo a este espaço específico.
5. A presença um pouco maior de homens nesta categoria, quase todos meninos até dez ou doze anos de idade, pode ser atribuída ao fato de que o adestramento, como já foi dito, é visto como a “base” da equitação, portanto é por onde deveria, na opinião de muitos atletas, ser iniciada a carreira mesmo daqueles que pretendem se dedicar às provas de salto.
6. O nível de cada prova é dado não apenas pela altura dos obstáculos mas também por uma classificação dos participantes. Assim, nesta tabela temos: As – aspirante; AE – aspirante especial; Am – amador e aberta. Esta divisão é feita com base em uma dupla classificação: idade e altura dos obstáculos que cada conjunto salta.
7. Opto por esta forma de apresentação dos entrevistados, de forma a indicar os aspectos que considero mais relevantes para situar de qual posição dentro do esporte a pessoa fala, mas procurando preservar o anonimato daqueles que se dispuseram a colaborar com a pesquisa.

## Bibliografia

- BARTH, F., 1995. Les groupes ethniques et leurs frontières. In POUTIGNAT, Streiff (org.) *Théories de l'ethnicité*, PUF, col. Paris: Le sociologue.
- BOURDIEU, P., 1980. L'identité et la représentation. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 35.
- BOURDIEU, P., 1982. *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard.
- BOURDIEU, P., 1990. “La Domination Masculine”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 84.
- BOURDIEU, P., 1997. Sobre a televisão: seguido de: a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Zahar.
- CUCHE, D., 1999. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EdUSC.
- FERREIRA, R., 1999. *História do hipismo brasileiro*. São Paulo: Editora M10.
- GALLISSOT, R., 1987. *Sous l'identité, le process d'identification*. *L'Homme et la Société*, nº 83.
- GEERTZ, C., 1989 *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- ALL, S., 1996 *The question of cultural identity*. In: HALL, S. et al (eds.). *Questions of Cultural Identity*. London: Sage Publications.
- LABICA, G., 1998. *A quoi sert l'identité?* Website: Georges Labica, <http://lahaine.org/labica/articulo.php>.
- MACHADO, L., 1994. *Campo intelectual e feminismo: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero*. Brasília: Série Antropologia.
- PIZZORNO, A., 2000. *Risposte e proponte*. In DELLA PORTA, D. (org.). *Identità, riconoscimento, scambio*. Roma: Editori Laterza.
- ROJO, L., 2002. *Os diversos tons do branco: relações de amizade entre estudantes de Medicina*. Rio de Janeiro: Litteris.
- SAID, E., 1990. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SIMON, P., 1979. *Aspects de l'ethnicité bretonne*. *Pluriel-débat*, nº 19.

SPIVAK, G., 1988. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary and GROSSBERG, Lawrence (ed.) *Marxisme and the interpretation of culture*. Illinois: University of Illinois Press.

VALE DE ALMEIDA, M., 1995. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de século Edições.